

modificado pelo homem. O maior impacto desse processo começou nos anos 1960, com a construção de Brasília e a implantação de projetos federais de estímulo à agropecuária. Aprofundou-se com a explosão da soja, cuja produtividade no Centro-Oeste, cerca de 10% a 20% superior à das demais regiões, levou riqueza a essa área do Brasil. Para que a mesma situação não se repita com a Amazônia, será preciso uma política totalmente diversa da que foi usada até agora.

O primeiro desafio é diferenciar as reais preocupações com o meio ambiente dos mitos e das disputas econômicas. O governo brasileiro sofre pressões de todo lado para tentar diminuir a ocupação predatória da Amazônia, mas, ao mesmo tempo, é constrangido por interesses econômicos a fornecer isenções e benefícios a grupos, empresas ou atividades de risco visando a acelerar a exploração econômica da região. Como ocorreu com a pressão para aprovar o licenciamento do complexo hidrelétrico do rio Madeira (usinas de Santo Antônio e Jirau), em Rondônia, destinado a produzir 7,5 megawatts de energia. Depois de meses de polêmica, a licença saiu em julho.

A possibilidade de construção do complexo hidrelétrico trouxe à população de Rondônia uma nova esperança de desenvolvimento da região, depois dos ciclos de extração da borracha, da madeira e do ouro, que não resultaram em emprego nem renda local. Alguns setores do governo e empresários consideram a obra uma forma de atender à crescente demanda de energia no país sem ter de apelar a fontes poluidoras, como termelétricas movidas a carvão ou a usina nuclear de Angra III. Para o Ministério do Meio Ambiente, no entanto, é preciso avaliar cuidadosamente o impacto de um empreendimento desse porte no meio da selva amazônica.

Os estudos ambientais são obrigatórios por lei e consideram os impactos potenciais em toda a bacia do rio, e não só nas zonas cobertas pelas represas. Para a construção de grandes obras em qualquer parte do Brasil, como estradas, ferrovias, barragens, aeroportos, é necessário calcular as mudanças que podem ocorrer no subsolo, nas águas, no ar, no clima, nos ecossistemas e nas co-

O governo brasileiro tenta conter a ocupação predatória da Amazônia, mas também sofre pressões para ampliar a atividade econômica



ANA ARAUJO

CORTE LEGAL

Mateiro corta um paricá em reserva florestal de madeireira em Itacoatiara, cidade à beira do rio Amazonas

munidades atingidas. É necessário ainda verificar o que pode ocorrer com a vinda de milhares de pessoas a regiões sem infraestrutura, atraídas pela promessa de emprego ou dos negócios resultantes da obra.

Pressão econômica

No caso da hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira, no Pará, objeto de disputa judicial desde 2001, os povos indígenas da região consideram que não foram ouvidos como manda a Constituição. Mesmo sem licenciamento ambiental, a hidrelétrica está prevista no Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) do governo federal, bem como o complexo do rio Madeira. A defesa de sua construção segue a mesma linha de argumentação relativa a Santo Antônio e Jirau: a ameaça de apagão em regiões mais desenvolvidas do país, se não houver um acréscimo de energia elétrica ao sistema, e o conseqüente colapso da economia.

A questão, porém, é polêmica. Pois,

embora todos reconheçam a necessidade de mais energia, há opiniões divergentes sobre a melhor forma de obtê-la. O debate opõe até mesmo membros do governo federal. Uma parte dos técnicos e do governo, como a chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, defende novas usinas como a única maneira de atender à necessidade crescente, mas outra parte afirma que as hidrelétricas em funcionamento poderiam trabalhar com mais eficiência, racionalização de gastos e modernização. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, afirma ainda que o Brasil é um país privilegiado em termos ambientais, mas suas riquezas naturais contrastam com os problemas sociais. Por essa razão, precisa buscar formas de promover o desenvolvimento que, ao mesmo tempo, combatam as desigualdades sociais e preservem os recursos naturais.

Para defender sua posição, a ministra usa o conceito de desenvolvimento sustentável – ou seja, buscar formas para atender às

carências do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as próprias necessidades – tanto pelo lado da oferta quanto pelo da demanda. Na mesma linha, o físico e ex-ministro José Goldemberg calcula que existam cerca de 7,3 milhões de kilowatts de energia previstos em usinas pedidas ou autorizadas em diversos estágios de implementação que, se fossem concluídas, resolveriam os problemas de abastecimento.

A lógica da devastação

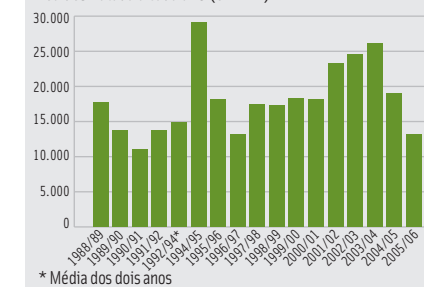
Para os ambientalistas, a falta de uma política clara para o setor acaba causando diversos problemas. Por exemplo, o simples anúncio de uma obra de grande porte na Amazônia atrai levas de migrantes de outras áreas do Brasil em busca de trabalho e terras. O inchaço no distrito de Anapu, na região de Altamira (Pará), cuja população triplicou nos últimos anos, ocorreu, entre outras coisas, por causa da promessa de riqueza da hidrelétrica de Belo Monte e ajudou a inflamar os conflitos que levaram ao assassinato da freira Dorothy Stang (veja box abaixo).

Os problemas na Amazônia, portanto, não se resumem à simples preservação do meio ambiente, mas envolvem a ausência do Estado, o descumprimento das leis e o

processo desordenado de ocupação das terras. Os dados mostram que a extração de madeira ilegal e o avanço da agropecuária na Amazônia são os maiores responsáveis pela redução da floresta, além de agravar

O DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA

Área desmatada a cada ano (em km²)



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)

os conflitos sociais pela posse da terra e a violência das disputas na região.

O processo de ocupação desordenada costuma seguir um padrão:

- ▶ primeiro, madeireiros abrem estradas em áreas de floresta em busca de árvores de alto valor comercial;
- ▶ pelas estradas abertas, dependendo da região, entram garimpeiros;
- ▶ quando já não há mais árvores, os invasores originais passam a terra a criadores de gado;

Dorothy Stang: freira assassinada no sul do Pará

Além de destruir a floresta, a ocupação desordenada da Amazônia foi e continua sendo marcada por atos de violência. Em maio de 2007, foi condenado a 30 anos de prisão o fazendeiro acusado de mandar matar a missionária Dorothy Stang, em fevereiro de 2005, no sudoeste do Pará. Os três executores do crime também foram condenados.

Irmã Dorothy (1931 – 2005), nascida nos Estados Unidos, viveu durante 30 anos na região da Transamazônica e dedicou quase metade da vida a defender os direitos dos trabalhadores rurais contra fazendeiros e grileiros. Nos últimos tempos, ela vivia no distrito de Anapu, em Altamira, em pleno epicentro de um conflito por terras. Anapu cresceu com a energia trazida de Tucuruí e a investida de madeireiros ilegais, após a derrubada da floresta no leste do Pará.

Na contramão dos especuladores e grileiros, a irmã Dorothy lutava pela implantação de dois projetos de desenvolvimento sustentável, nos quais os moradores pudessem fazer agricultura de subsistência e explorar os recursos da floresta de forma controlada. Por causa disso, foi morta.

O caso chocou o mundo. A indignação pública levou ao lançamento de um pacote ambiental pelo governo federal, que criou novas unidades de conservação na região. A implementação de áreas protegidas por sua biodiversidade ou destinadas a atividades extrativistas é uma forma de coibir invasões e reduzir os conflitos. Espera-se que, com medidas assim e a punição dos criminosos, mortes como a de Dorothy Stang passem a ser coisa do passado.

▶ esses podem vendê-las a fazendeiros em busca de terras para soja, por exemplo, e seguir adiante com o gado, para entrar em uma nova área desmatada.

Assim, a fronteira agrícola expande-se e empurra a floresta, na região conhecida como Arco do Desmatamento (veja mapa na pág. 187). No meio desse processo, os invasores ameaçam e desestruturam populações extrativistas ou indígenas que habitam a região há muito mais tempo.

Para coibir esse ciclo predatório, visando a atacar a grilagem (posse ilegal) de terras, o governo promove operações da Polícia Federal e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) contra madeireiros ilegais. Foram enviadas tropas do Exército às regiões com maiores índices de desmatamento ou exploração ilegal e organizadas operações para identificar corrupção nos órgãos ambientais e punir aqueles que atuavam na ilegalidade. Entre elas, a Operação Curupira, realizada em junho de 2005 pela Polícia Federal, prendeu 102 pessoas em Mato Grosso, incluindo madeireiros e fiscais do Ibama, acusados de derrubar ilegalmente, em dois anos, madeira suficiente para carregar 66 mil caminhões.

Forças externas

Uma nova tendência de pressão agrícola vem do mercado mundial. Estudos realizados por especialistas brasileiros e de outros países mostram que o desmatamento nos trópicos provavelmente vai aumentar nas próximas décadas porque os Estados Unidos e a Europa, que já destruíram a maior parte de suas florestas, e os países emergentes da Ásia têm muito poucas áreas para expandir sua agricultura. Ao mesmo tempo, economias emergentes, como a China, estão sofrendo uma transformação nos hábitos alimentares à medida que a população sai da pobreza e amplia o consumo de carne bovina, suína e de aves, geralmente tratada com ração feita de soja e milho importados de países como o Brasil. A possível expansão da cultura da cana-de-açúcar para a fabricação do etanol, exigência global para reduzir a utilização de combustíveis fósseis, é outra fonte previsível a exigir novas terras agrícolas (veja matéria na pág. 148).

Mas de fora vem também a pressão contrária: pela preservação da natureza. Um fator inibidor do desmatamento tem sido a influência conservacionista internacional. As instituições financeiras, os traders